

1. Introdução

O orçamento e as grandes opções do plano para 2020, foram construídos sobre uma base consolidada de equilíbrio das contas do Município, evidenciando o esforço que tem vindo a ser desenvolvido.

O ano de 2019, à data de construção deste documento, evidencia uma concretização de receita superior ao ano anterior, estimando-se mesmo que, a sua execução possa atingir um montante acima dos 90%.

Esta execução, para além de originar uma quebra nos compromissos a transitar para 2020, por via do aumento dos pagamentos, irá provocar um maior saldo de gerência de 2019 para 2020.

O 3.º trimestre de 2019, evidencia, ainda, uma redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores face ao final de 2018.

Assim, foi sobre estas premissas – menor volume de encargos a transitar, maior saldo de gerência, redução do prazo médio de pagamentos – que este orçamento foi construído.

Foram, igualmente, salvaguardados os princípios enunciados na legislação em vigor, nomeadamente o POCAL e o Regime Financeiro das Autarquias Locais.

Neste pressuposto, as receitas dos impostos e taxas, foram calculadas tendo por base a média dos últimos 24 meses. As receitas provenientes da venda de bens e prestação de serviços, por uma questão de prudência, também foram apuradas tendo por base o mesmo princípio. Foram efetuados pequenos arredondamentos, sem valor significativo, no resultado final.

De acordo com a Lei, sempre que sejam tomadas medidas que possam provocar um acréscimo de receita e que, para o efeito, existam estudos que fundamentem esses montantes, é possível acrescer ao cálculo da média esses valores.

Com base nesse pressuposto e tendo em consideração a deliberação de câmara de majorar em 300% os prédios devolutos, os quais de estimam em 6.430, ou seja 12,17% de todos os prédios registados na Autoridade Tributária, acresceu ao valor da média de IMI, o montante de € 3.000.000, por prudência, valor abaixo da estimativa de receita por aplicação desta medida.

O valor global do IMI, para além deste acréscimo, prevê, ainda, a estimativa de redução por aplicação do IMI familiar.

As transferências provenientes do Orçamento de Estado estão de acordo com os valores de 2019, uma vez que, ainda não se conhecem os montantes para 2020.

As transferências de capital, evidenciam as verbas referentes a Fundos Comunitários já aprovados e com correspondência nas despesas orçamentadas, enquanto os passivos financeiros, refletem os montantes de empréstimos de médio e longo prazo já contratualizados

e não utilizados, nomeadamente o empréstimo do PAMUS – Mobilidade Suave no montante de € 1.000.000 e o empréstimo para a intervenção no Bairro Alves Redol, no valor de € 900.000.

Ambos estes empréstimos, têm o correspondente reflexo na despesa de investimento.

Os ativos financeiros, refletem o montante a receber via SMTCB para liquidação da amortização referente aos empréstimos contratados para aquisição dos 60 autocarros e do posto de abastecimento.

Este orçamento, irá, igualmente, permitir regularizar uma situação identificada pelo Tribunal de Contas em anos anteriores, relativa a verbas provenientes das AUGI's que seriam operações de tesouraria e não operações orçamentais, tendo sido regularizada patrimonialmente a partir de 2009, mas que, não foi sujeita à devida regularização orçamental, por incremento da despesa, no montante estimado a esta data de € 795.000.

Adicionalmente, por análise aos saldos de tesouraria, identificaram-se excedentes na ordem dos € 230.000 que serão alvo da devida regularização por reconhecimento da respetiva receita.

Assim, para a sua correção, é necessário aumentar a despesa orçamental em aproximadamente, valor considerado nas outras despesas correntes e a receita orçamental em aproximadamente €230.000, montante previsto nas outras receitas correntes.

Com base no atrás descrito, o orçamento e as grandes opções do plano para 2020, no valor de € 55.077.375, é inferior ao orçamento atual de 2019 em 24,42%.

A redução global da receita no montante de € 17.796.112, face à previsão corrigida de 2019, resulta, essencialmente, da diminuição dos empréstimos contratados de médio e longo prazo, da não contratação à data do empréstimo de curto prazo e dos ativos financeiros (reembolso do curto prazo pelos SMTCB), para além de no orçamento atual de 2019, estar igualmente considerado o montante do saldo da gerência de 2018 para 2019.

Este orçamento, assegura o princípio do equilíbrio orçamental formal, material e da regra do equilíbrio orçamental prevista no artigo 40.º da Lei 73/2013 de 03 de setembro, alterada pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto.

A despesa prevista, apresenta um decréscimo de 2,30 % na corrente e uma redução de 45,49 % no capital.

As grandes opções do plano, apresentam um montante de financiamento não definido de verbas que serão alocadas em sede de modificação orçamental pela inclusão do saldo de gerência, no montante que o mesmo vier a permitir, ou por outras fontes de financiamento que, entretanto, possam surgir.

Será ainda, apresentada em capítulo próprio, uma relação dos passivos contingentes, apresentada pelos Advogados do Município e que não identifica passivos que sejam exigíveis, sem possibilidade de recurso, no ano de 2020.

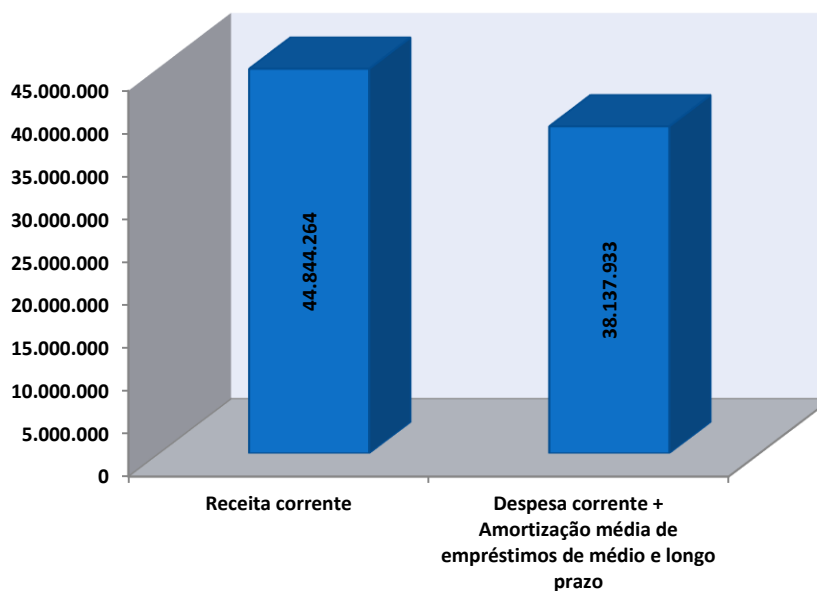
2. Equilíbrio Orçamental

Quadro n.º 1 – Demonstração do equilíbrio orçamental

Equilíbrios orçamentais	2020	Cumprimento	Enunciado da regra	Fonte
Receita total / Despesa total	100,00%	sim	O orçamento prevê recursos necessários para cobrir todas as despesas	POCAL e RFALEI
Receita corrente / Despesa corrente	129,12%	sim	As receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes	POCAL
Receita corrente bruta / (Despesa corrente + Amortização média empréstimos de médio e longo prazo)	117,58%	sim	A receita corrente bruta cobrada, deve ser, pelo menos, igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo	RFALEI

Conforme demonstrado no quadro n.º 1, o orçamento para 2019, assegura o equilíbrio orçamental de acordo com a legislação em vigor, isto é, as receitas correntes, cobrem as despesas correntes acrescidas da amortização média dos empréstimos (€ 3.407.857,64 = capital em dívida a 01 de janeiro de cada um dos empréstimos a dividir pelo anos em falta para a sua amortização).

Gráfico n.º 1 – Equilíbrio orçamental



3. O Orçamento

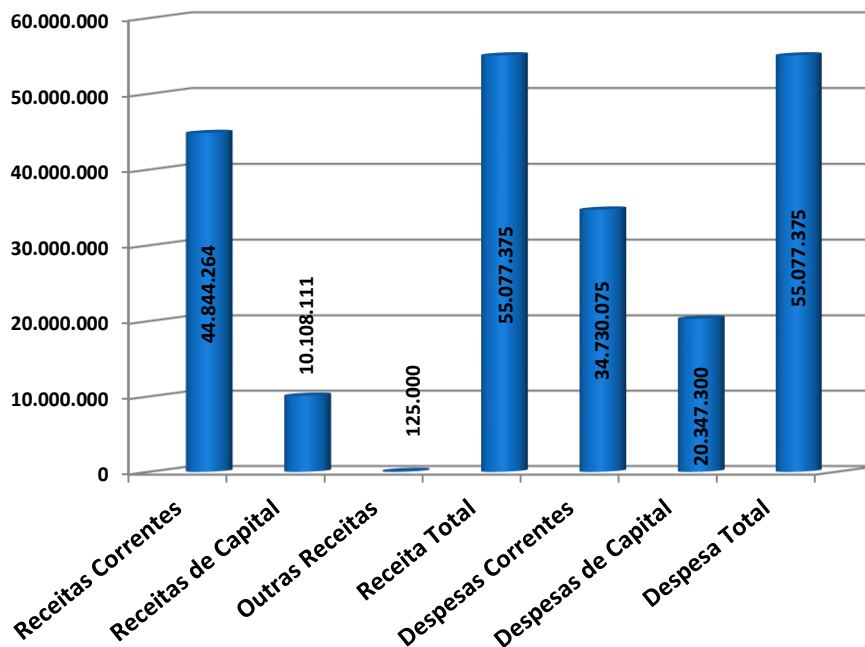
O Orçamento para 2020, no montante de € 55.077.375, apresenta um decréscimo de 24,42 %, ou seja, € 23.791.462 de valor absoluto, pelos motivos atrás enunciados.

Quadro n.º 2 – Síntese do orçamento do ano 2020

(Em Euros)

RECEITAS	VALOR		%		DESPESAS	VALOR		%	
	2020	2019	Δ s/ 2019	S/ Total		2020	2019	Δ s/ 2019	S/ Total
CORRENTE					CORRENTE				
01 Impostos Directos:	17.790.600	14.488.895	22,79%	39,67%	01 Pessoal	17.388.950	17.398.150	-0,10%	50,05%
Imposto Municipal s/ Imóveis	13.435.000	10.850.000	23,82%	75,52%	02 Aquisição de Bens e Serviços:	12.186.660	14.528.264	-16,12%	35,09%
Imposto Único de Circulação	1.525.000	1.458.305	4,57%	8,57%	Aquisição de Bens	1.006.040	1.421.549	-29,23%	8,26%
Imposto Municipal s/ Transmissões	2.365.000	1.670.950	41,54%	13,29%	Aquisição de Serviços	11.180.620	13.106.715	-14,70%	91,74%
Derrama	465.000	509.540	-8,74%	2,61%	03 Juros e Outros Encargos:	345.550	287.110	20,35%	0,99%
Impostos abolidos (CA + SISA)	600	100	500,00%	0,00%	De Empréstimos de M/L Prazo	327.500	260.000	25,96%	94,78%
02 Impostos Indirectos	942.285	607.640	55,07%	2,10%	De Empréstimos de C/Prazo	100	5000	-98,00%	0,03%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	4.567.905	4.584.185	-0,36%	10,19%	De Locação Financeira	12.850	12.010	6,99%	3,72%
05 Rendimentos de Propriedade	212.180	43.000	393,44%	0,47%	Outros Juros	5.000	10.000	-50,00%	1,45%
06 Transferências Correntes:	11.563.064	11.031.094	4,82%	25,78%	Outros Encargos Financeiros	100	100	0,00%	0,03%
Finanças Locais (FEF + FSM + IRS)	10.122.899	10.122.899	0,00%	87,55%	04 Transferências Correntes:	3.992.760	3.165.455	26,14%	11,50%
Outras Entidades	1.440.165	908.195	58,57%	12,45%	Juntas de Freguesia	1.641.345	1.463.405	12,16%	41,11%
07 Venda de Bens e Serviços:	9.237.130	9.289.860	-0,57%	20,60%	Serviços Municipalizados	163.000	188.010	-13,30%	4,08%
Venda de Bens	3.774.170	3.835.230	-1,59%	40,86%	A.M.R.S.	216.535	216.535	0,00%	5,42%
Venda de Água	3.774.070	3.835.130	-1,59%	100,00%	A.N.M.P.	6.075	6.075	0,00%	0,15%
Restantes Bens	100	100	0,00%	0,00%	Área Metropolitana de Lisboa	384.575	312.515	23,06%	9,63%
Serviços	4.266.185	4.281.635	-0,36%	46,19%	Associação p/ Const. Sist. Abast. Água Alta	14.370	14.370	0,00%	0,36%
Rendas	1.196.775	1.172.995	2,03%	12,96%	Associação Municípios Barreiro / Moita	79.365	14.340	453,45%	1,99%
08 Outras Receitas Correntes:	531.100	501.100	5,99%	1,18%	Clubes, Colectividades e Outras Entidades	997.395	566.905	75,94%	24,98%
					Escolas	181.850	173.000	5,12%	4,55%
					Bombeiros	270.000	170.000	58,82%	6,76%
					Serviços Sociais	35.000	35.000	0,00%	0,88%
					Famílias	3.250	5.300	-38,68%	0,08%
					06 Outras Despesas Correntes	824.155	168.380	389,46%	20,64%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	44.844.264	40.545.774	10,60%	81,42%	TOTAL DESPESAS CORRENTES	34.730.075	35.547.359	-2,30%	63,06%
CAPITAL					CAPITAL				
09 Venda de Bens de Investimento:	44.770	30.975	44,54%	0,44%	07 Aquisição de Bens de Capital:	16.884.525	15.599.400	8,24%	82,98%
Terrenos	19.670	5.500	257,64%	43,94%	Terrenos	100	135.100	0,00%	0,00%
Habitacões	15.000	22.500	-33,33%	33,50%	Habitacões	107.500	107.775	-0,26%	0,64%
Equipamento de Transporte	10.000	2.875	247,83%	22,34%	Edifícios	2.279.210	2.277.330	0,08%	13,50%
Maquinaria e Equipamento	100	100	0,00%	0,22%	Construções Diversas	12.350.475	9.595.830	28,71%	73,15%
10 Transferências de Capital:	7.470.791	8.727.801	-14,40%	73,91%	Equipamento de informática	203.890	400.250	-49,06%	1,21%
Finanças Locais (FEF + art.º 35.º Lei 73/2013)	847.039	847.039	0,00%	11,34%	Software Informático	371.725	452.535	-17,86%	2,20%
Outras Participações da Adm. Central e Local	1.150.148	1.150.148	0,00%	15,40%	Equipamento Administrativo	25.000	52.510	-52,39%	0,15%
Programas Comunitários	5.473.604	3.653.589	49,81%	73,27%	Equipamento Básico	300.900	465.485	-35,36%	1,78%
11 Ativos financeiros	692.250	3.077.025	-77,50%	6,85%	Outros Investimentos	608.825	1.681.680	-63,80%	3,61%
12 Passivos financeiros	1.900.200	15.866.943	-88,02%	18,80%	Locação Financeira	636.900	430.905	47,81%	3,77%
13 Outras Receitas de Capital:	100	137.050	-99,93%	0,00%	08 Transferências de Capital:	767.075	15.150.603	-94,94%	3,77%
Garantias Bancárias	100	137.050	-99,93%	100,00%	Serviços Municipalizados	251.600	14.618.443	-98,28%	32,80%
					Clubes, Colectividades e Outras Entidades	396.075	300.080	31,99%	51,63%
					Bombeiros	60.000	172.680	-65,25%	7,82%
					Instituições sem Fins Lucrativos	59.400	59.400	0,00%	7,74%
TOTAL RECEITAS CAPITAL	10.108.111	24.762.769	-59,18%	18,35%	09 Activos financeiros:	61.540	122.880	-49,92%	0,30%
OUTRAS RECEITAS					10 Passivos financeiros:				
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	125.000	125.000	0,00%	100,00%	Amortização Empréstimos C/ Prazo	100	4.500.000	-100,00%	0,16%
16 Saldo da Gerência Anterior	0	7.439.944	-100,00%	0,00%	Amortização Empréstimos M/L Prazo	2.456.855	1.760.000	39,59%	93,45%
Na posse do Serviço	0	7.439.944	0,00%	0,00%	Amortização Empréstimos Habitação Social	172.205	175.000	-1,60%	6,55%
Na posse do Serviço - Consignado	0	0	0,00%	0,00%	11 Outras Despesas Capital	5.000	18.245	0,00%	0,02%
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	125.000	7.564.944	-98,35%	0,23%	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	20.347.300	37.326.128	-45,49%	36,94%
TOTAL GERAL	55.077.375	72.873.487	-24,42%	100,00%	TOTAL GERAL	55.077.375	72.873.487	-24,42%	100,00%

Gráfico n.º 2 – Síntese do orçamento



Receita

A receita orçamentada para o exercício de 2020 regista um decréscimo de 24,42 % em relação ao ano anterior.

As receitas correntes apresentam um aumento de 10,60 %, as de capital um decréscimo de 59,18 % e as outras receitas uma redução de 98,35 %.

Gráfico n.º 3 – Decomposição da receita

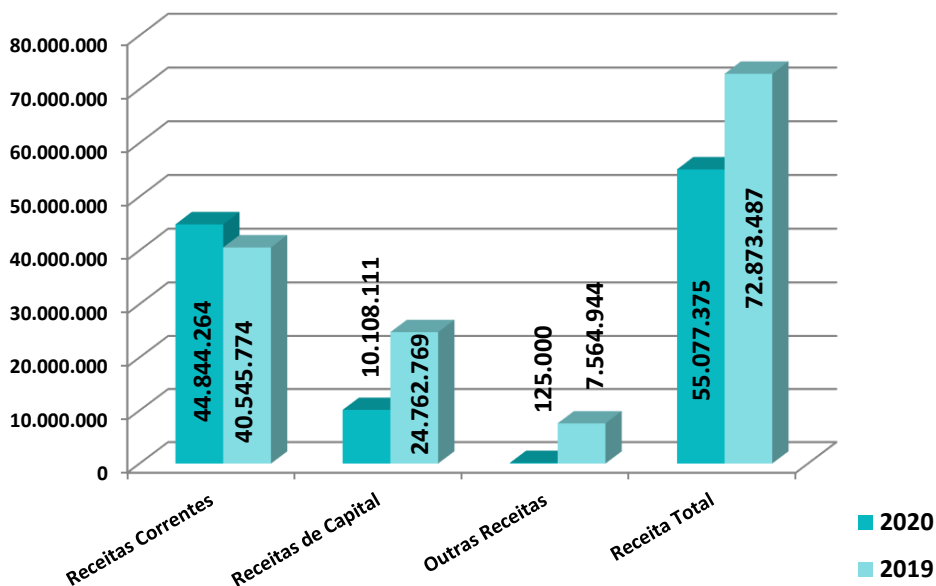
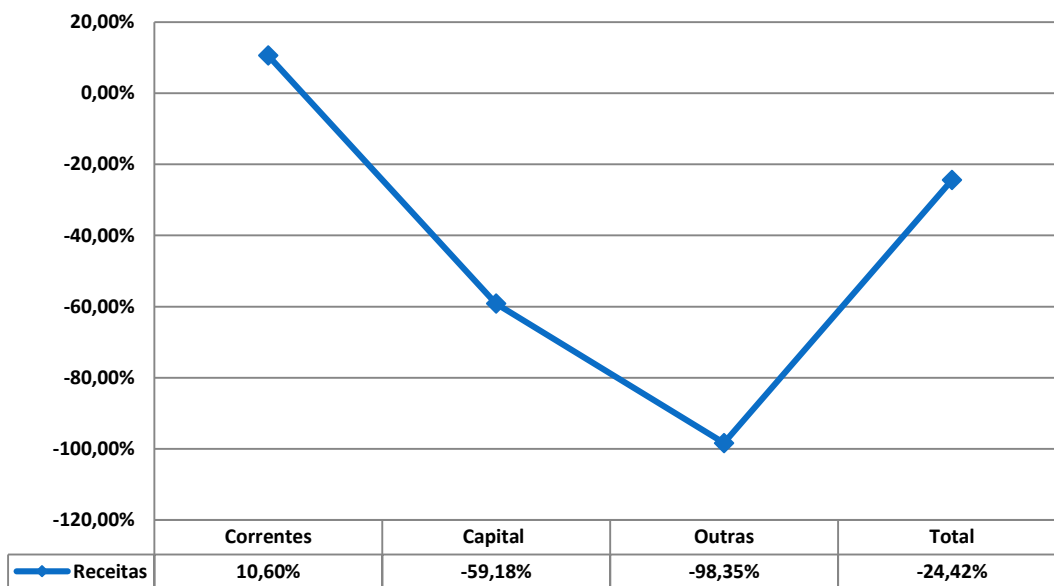


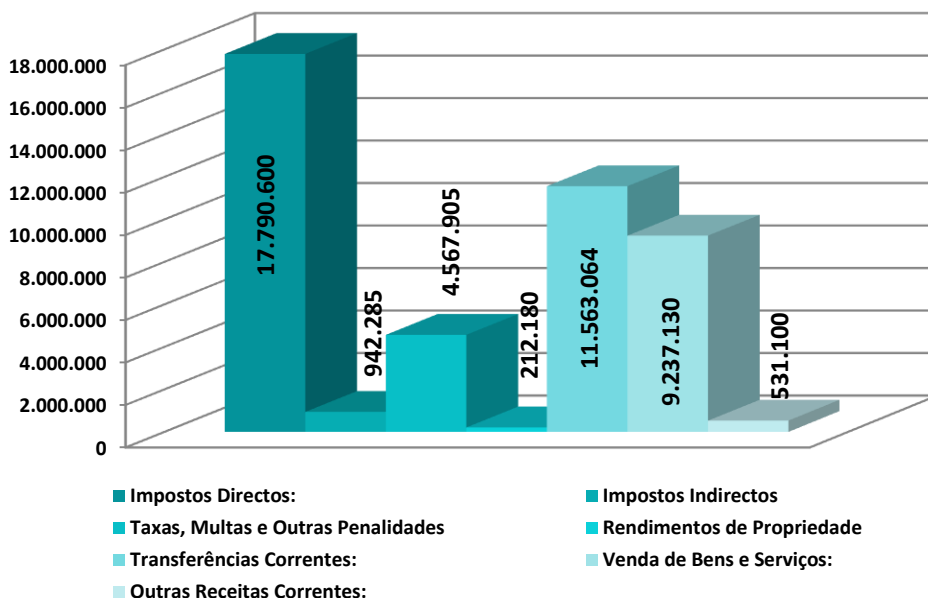
Gráfico n.º 4 – Evolução da receita



As receitas correntes são responsáveis por 81,42 % das receitas totais e apresentam um acréscimo de 10,60 % em relação ao ano anterior.

O total das receitas correntes é superior às despesas correntes em 29,12 % (vide ponto 2 – Equilíbrio orçamental).

Gráfico n.º 5 – Decomposição da receita corrente



O valor dos impostos directos reflete, a média recebida nos últimos 24 meses.

Sendo a rubrica que maior peso possui no total das receitas correntes, representando cerca de 39,67 % das mesmas e 32,30 % do total do orçamento, tem como sua componente central o I.M.I., com um peso de 75,52 %, seguido do I.M.T. com 13,29 %, do I.U.C. com 8,57 %, e da derrama, com 2,61 %.

Apresenta, um acréscimo de 22,79% face ao orçamento de 2019, resultado do aumento previsto arrecadar, essencialmente, no I.M.I e no I.M.T.

Se o valor previsto no I.M.T. resulta da aplicação da média da receita arrecada nos últimos 24 meses, já o I.M.I. para além desta, inclui outras componentes.

Assim, a média prevista do I.M.I. com base na média da receita arrecadada nos últimos 24 meses era de € 10.435.000. Este valor, substancialmente abaixo do montante que se prevê arrecadar até final e 2019, poderia ser considerado para efeitos de orçamento uma vez que, de certa forma, já contemplaria a redução proveniente da aplicação do IMI familiar.

No entanto, derivado da variação nos impostos municipais, é possível acrescer valor desde que devidamente comprovado.

Assim, a Câmara Municipal do Barreiro, deliberou majorar em 300% em sede de IMI os prédios devolutos.

Estes, só de acordo com a ausência de consumos de água, estimam-se em 6.430, ou seja, 12,17% do total dos prédios que estão sujeitos a IMI (que não se encontram isentos), inscritos na Autoridade Tributária para o Concelho do Barreiro.

Com base neste dado, foi possível estimar um montante a receber de acréscimo de IMI de € 3.869.618,47. No entanto, com base nestes dados e por um critério de prudência, foi considerado um acréscimo de € 3.000.000 face à média.

Abaixo segue cálculo da estimativa referida.

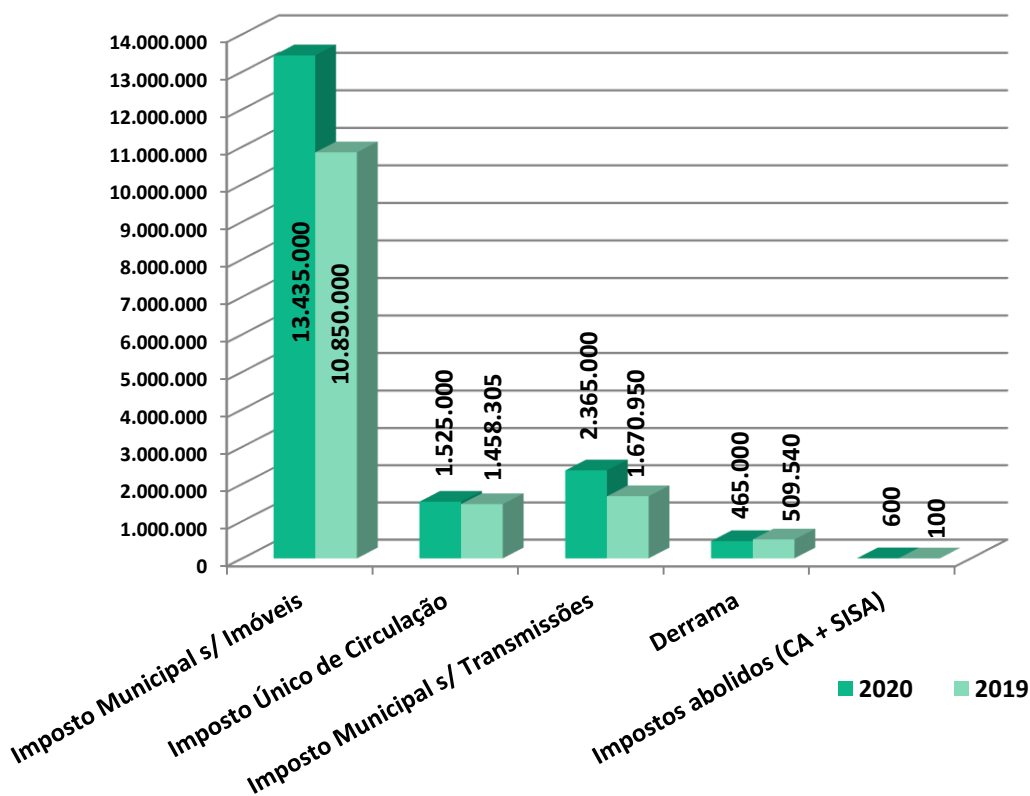
Freguesia	N.º de fogos	Valor patrimonial tributável	Valor IMI
Santo António da Charneca	6.646	372.519.325,33	1.416.543,12
Alto Seixalinho, Santo André e Verderena	26.294	1.262.115.833,82	4.828.351,56
Barreiro Lavradio	17.337	936.189.549,65	3.572.881,44
Palhais e Coina	2.578	206.756.949,65	785.058,74
Total	52.855	2.777.581.658,45	10.602.834,86

Taxa média de IMI

0,38%

Locais de consumo sem contrato / sem movimento	6.430	
% locais de consumo face ao n.º de fogos totais	12,17%	
Calculo IMI a receber por via da majoração de 300% com base no VPT		3.869.618,47
Calculo IMI a receber por via da majoração de 300% com base no valor do IMI		3.869.618,47

Gráfico n.º 6 – Evolução dos impostos diretos



Os impostos indiretos são responsáveis por 2,10 % do total das receitas correntes, apresentando um aumento de 55,27 % face ao ano anterior, por via do aumento da cobrança nas taxas de construção.

A rubrica de taxas, multas e outras penalidades, com uma contribuição de 10,19 % no total das receitas correntes apresenta um decréscimo de 0,36 % face ao orçamento de 2019.

Os rendimentos de propriedade constituem 0,47 % do total das receitas correntes da autarquia. Nesta rubrica, está considerado o montante de € 167.930 a transferir pelos SMTCB para a Câmara Municipal para fazer face aos juros a liquidar em 2020 pelos empréstimos para aquisição dos 60 autocarros e posto de abastecimento.

As transferências correntes são compostas, na sua maioria, pelas verbas que o município recebe com origem no Orçamento de Estado e que, não havendo à data de elaboração deste documento indicação do valor a ser transferido em 2020, considerou-se o montante de 2019.

Esta rubrica, regista ainda um acréscimo nas outras transferências por via da inclusão do montante a transferir pela DGESTE (cerca de € 300.000) referente à componente de apoio à família que anteriormente revestia a forma de Operação de Tesouraria, uma vez que, o

Município apenas funciona como intermediário das Associações de Pais, mas que, por indicação da CCDRLVT e DGAL, deverá ser receita orçamental. Este montante tem igual reflexo no lado da despesa pelo que, o seu impacto orçamental é nulo.

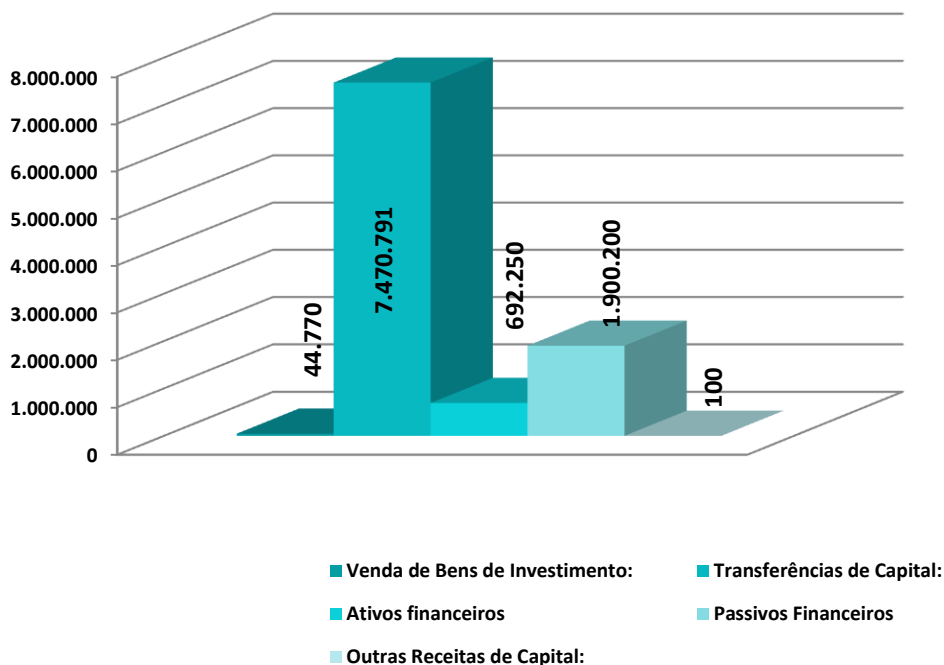
Esta rubrica, face ao ano anterior, aumenta 4,82 %. Globalmente, representam 25,78 % das receitas correntes e 21% do total do orçamento, representando a segunda maior fonte de receita da Câmara Municipal do Barreiro.

A venda de bens e serviços desagrega-se, no essencial, nas componentes de venda de água (40,86%), de serviços (46,19%) e rendas (12,96%). Representa 20,60% das receitas correntes, apresentando uma redução de 0,57 % face ao ano anterior.

A rubrica de outras receitas correntes, reveste um carácter residual apresentando um peso de 1,18% do total das receitas correntes.

As receitas de capital, representando 18,35 % do valor global do orçamento, diminuem 59,18 % em relação ao orçamento de 2019.

Gráfico n.º 7 – Decomposição das receitas de capital



As transferências de capital, que representam 73,91 % do total das receitas de capital, têm como principal componente, os montantes previstos receber referentes a fundos comunitários, com um peso de 73,27 % no seu total.

As transferências do Orçamento de Estado (F.E.F.) que representam 11,34 % do total desta rubrica, não apresentam qualquer variação, uma vez que, ainda não existe indicação do montante a ser transferido em 2020.

As verbas provenientes de outras participações da administração central e local, têm um peso de 15,40 % no valor estimado.

Os ativos financeiros, incluem o montante a receber via SMTCB, para liquidação da amortização dos empréstimos de médio e longo prazo contraídos para aquisição dos 60 autocarros e do posto de abastecimento.

Os passivos financeiros, incluem os empréstimos contratados no âmbito do PAMUS – Mobilidade Suave no valor de € 1.000.000 e para a intervenção no Bairro Alves Redol no montante de € 900.000.

As outras receitas, apresentam um valor residual no total do orçamento, uma vez que, ainda não está considerado o saldo da gerência, a apurar após o encerramento das contas de 2019.

DESPESA

A despesa regista uma redução de 24,42 % face ao ano anterior.

As despesas correntes apresentam uma diminuição de 2,30 %, enquanto as de capital decrescem 45,49 %.

Neste orçamento, estão, consideradas todas as verbas necessárias ao normal funcionamento da autarquia, incluindo encargos com o pessoal, rendas, comunicações, energia, seguros e outros contratos. Foram, igualmente, considerados, os juros dos empréstimos de médio e longo prazo, de contratos de *leasing* e ainda as transferências a efetuar para as Juntas de Freguesia e para os Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro.

As despesas de capital, por sua vez, traduzem os encargos com investimentos, designadamente empreitadas, intervenções de conservação e reparação, obras com financiamento assegurado e ainda amortizações de empréstimos de curto, médio e longo prazo, contratos de *leasing*, transferências para as Juntas de Freguesia e para os Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro.

Gráfico n.º 8 – Comparação da despesa

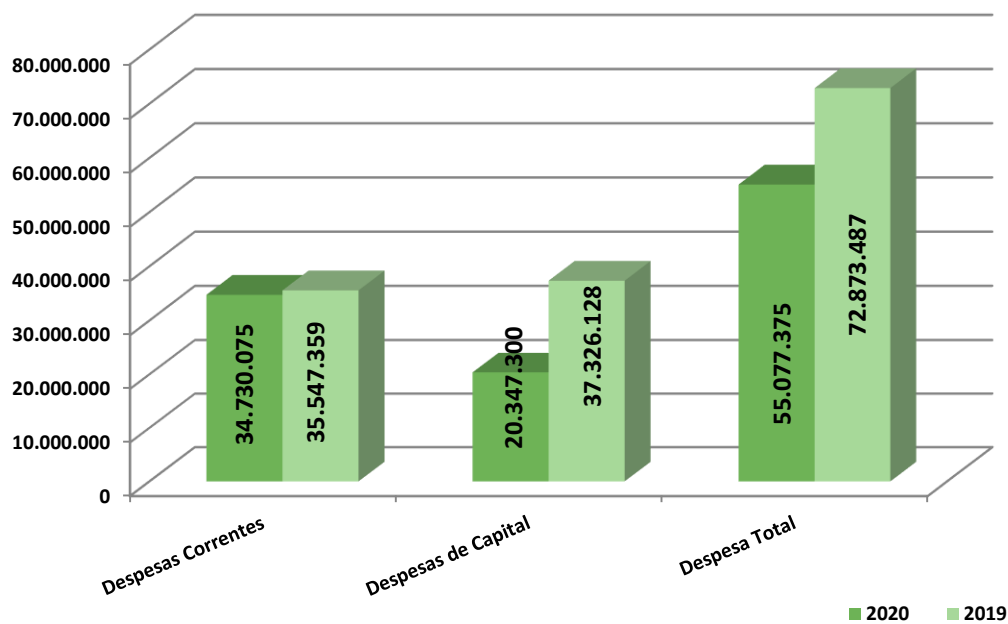
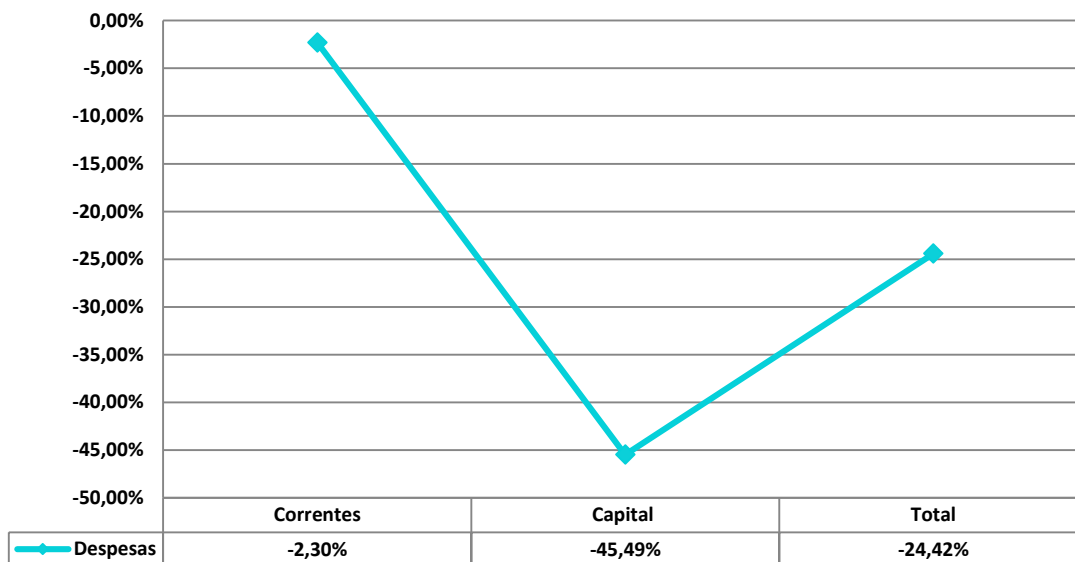
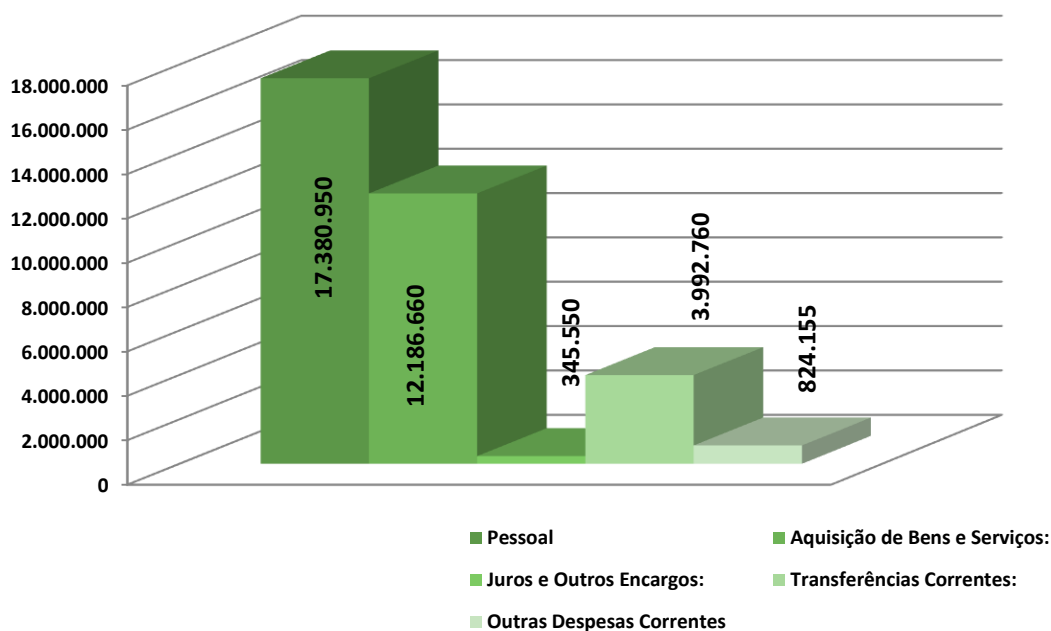


Gráfico n.º 9 – Evolução da despesa



As despesas correntes representam 63,06 % do orçamento global e registam um decréscimo de 2,30 % em relação ao ano anterior.

Gráfico n.º 10 – Decomposição da despesa corrente



As despesas com pessoal com um peso de 50,05 % da despesa corrente e 31,56 % no total do orçamento, apresentam praticamente o mesmo montante face ao ano anterior.

No seu valor consideram-se, além dos salários e respetivos abonos, os valores a pagar à Caixa Geral de Aposentações, à Segurança Social e à A.D.S.E., para além da verba prevista para novas contratações.

A redução apresentada, aplica-se apenas na rubrica de seguros com pessoal, por via do adicional de 3 meses que o Município teve que contratar em 2019, enquanto aguardava o visto do Tribunal de Contas para o contrato de 3 anos, assim como, dos acertos por via da massa salarial. Com um decréscimo de 16,12 % relativamente ao ano anterior, as aquisições de bens e serviços representam cerca de 35,09 % das despesas correntes.

Os juros e outros encargos financeiros a liquidar pelo Município decorrentes de empréstimos de médio e longo prazo, contratos de locação financeira e juros de mora, apresentam, este ano, um aumento de 20,35 % face a 2019, por via da utilização do empréstimo de médio e longo prazo para aquisição dos 60 autocarros e posto de abastecimento.

As transferências correntes associam-se a compromissos assumidos com as Juntas de Freguesia, SMTCB, AMRS, AIA, AML, clubes, escolas, bombeiros, coletividades e outras entidades. No seu montante, está considerada a contribuição do Município do Barreiro para a Área Metropolitana

de Lisboa no âmbito da Autoridade de Transportes e Mobilidade que aumenta de € 288.289 para € 360.362.

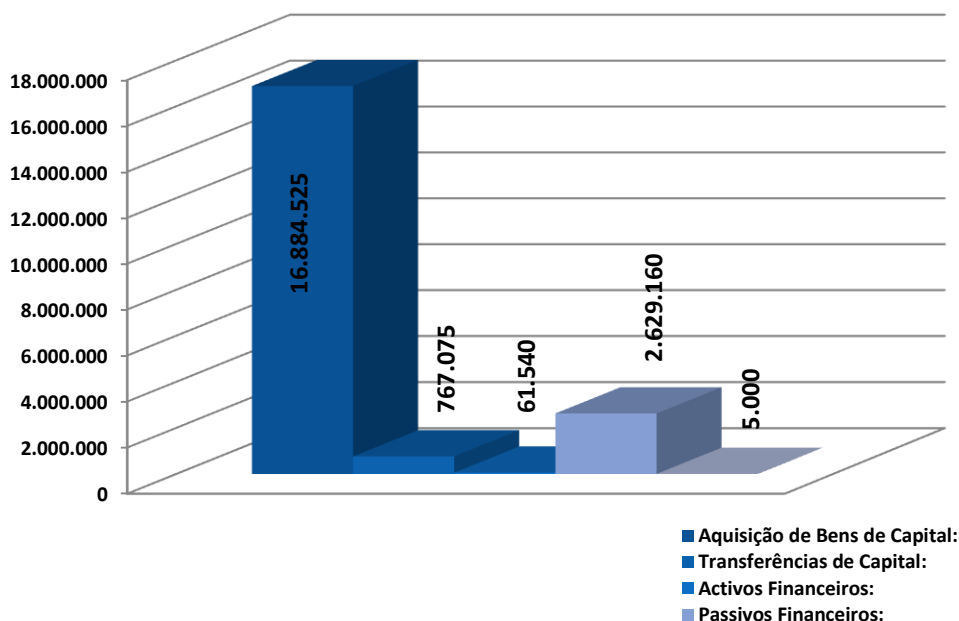
Está, igualmente considerado um reforço de € 200.000 para as Freguesias.

A transferência para os Bombeiros está de acordo com o montante previsto no Protocolo enquanto o valor a transferir para a AMRS e AIA ainda não contemplam qualquer atualização, uma vez que, esta deriva dos montantes a receber via Orçamento de Estado.

As outras despesas correntes, incluem o valor de € 795.095, necessário para fazer face à regularização do saldo de tesouraria.

As despesas de capital, representam cerca de 36,94 % do total do orçamento e registam um decréscimo de 45,49 % em relação ao ano anterior.

Gráfico n.º 11 – Decomposição da despesa de capital



A aquisição de bens de capital representa 82,98 % da despesa de capital e apresenta no orçamento de 2020 um acréscimo de 8,24 % em relação ao ano anterior.

A sua principal componente, as construções diversas, apresentam um aumento de 28,71 %, comparativamente com o mesmo período.

As transferências de capital abrangem as verbas de investimento que o município prevê efetuar para os SMTCB, clubes, escolas, bombeiros, coletividades e outras entidades.

A rubrica de ativos financeiros engloba a contribuição do Município para o fundo de apoio municipal.

Os passivos financeiros concentram o valor das amortizações a pagar pelos empréstimos de médio e longo prazo contraídos, estando o seu valor em linha com o enviado pelas instituições financeiras.

O aumento no montante das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, contempla o início da amortização dos empréstimos contraídos para aquisição dos 60 autocarros e posto de combustível pelos SMTCB.

4. As Grandes Opções do Plano

As grandes opções do plano, assentes sobre um horizonte temporal móvel de 4 anos, assumem-se como elemento estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia.

Integram-nas o plano plurianual de investimentos e o plano de atividades.

No plano plurianual de investimentos inserem-se os projetos e ações que implicam despesas orçamentais a realizar por investimentos, enquanto no plano das atividades estão todos os projetos e ações merecedores de particular destaque e cujo desenvolvimento é promovido através de despesas orçamentais correntes e outras de capital que não se encontrem incluídas no capítulo 07 – aquisição de bens de capital.

É no somatório de todos os projetos e ações que compõem as grandes opções do plano, que encontram reflexo as atividades a desenvolver em cada ano.

Uma análise do documento apresentado para o exercício de 2020 permite afirmar que as grandes opções do plano apresentam um valor global definido de € 29.769.700 e um montante não definido de € 11.357.775, cujas verbas passarão a estar definidas com a inclusão do saldo de gerência ou se a execução orçamental assim o permitir. Considerando apenas o financiamento definido, as Grandes Opções do Plano, apresentam um decréscimo de 36,13 % face ao ano anterior.

Tal como referido para a despesa, também as G.O.P., são influenciadas pela redução da estimativa de encargos a transitar, quando comparadas com o ano anterior.

O plano plurianual de investimentos apresenta um valor de € 16.884.525 superior em € 1.285.125 ao verificado em 2019, representando 56,72 %. As atividades mais relevantes com um valor de € 12.885.175, representam 43,28 % do total das G.O.P.

Enquanto objetivos com maior peso nas grandes opções do plano destacam-se:

- a) Promover a melhoria do ambiente e a qualidade de vida, com um peso de 27,88 % sobre o total das grandes opções do plano, apresenta uma redução de 4,26 % face a 2019.

Esta redução deriva em grande parte da conclusão da Obra da ETAR Barreiro / Moita assim como da empreitada de saneamento da Penalva, que tem uma parte da sua execução em 2019.

Este objetivo, contempla a conclusão das empreitadas referentes ao Loteamento da Verderena, assim como, o lançamento de nova empreitada para a obra do Café Barreiro, entre muitas outras ações.

b) Gestão económico – financeira e administrativa mais eficaz, com 24,79 %, sendo este valor em grande parte influenciado pela amortização dos empréstimos de médio e longo prazo, assim como, pelos encargos a suportar em 2020 com encargos de cobrança, seguros, limpeza das instalações e eletricidade, entre outros.

c) Dinamizar a ação social e a intervenção sócio – cultural, com um peso de 18,07 % e um acréscimo de 9,06 %. Todos os programas deste objetivo apresentam acréscimos face a 2019.

Importa destacar os investimentos previstos na área da educação, nomeadamente, nas intervenções de conservação e requalificação do parque escolar, nomeadamente, no lançamento da empreitada para conclusão da obra de ampliação da escola n.º 3, substituição de coberturas, entre outras, assim como, a construção do Novo Centro de Treino de Ginástica na área do desporto.

d) Importa ainda destacar o reforço de verba no objetivo 04 – gestão do território com suporte ao desenvolvimento sustentável, que com um peso de 7,09% no total das GOP, apresenta um acréscimo de 19,93% face a 2019.

Neste objetivo, está prevista a intervenção no Bairro Alves Redol, assim como, a obra do corredor ambiental, para além da requalificação da Caldeira Grande de Alburrica.

Está ainda prevista, dependente da contratualização do respetivo financiamento bancário, a obra do armazém de víveres.

e) O objetivo 05 – Melhorar a mobilidade e acessibilidades, com um peso de 13,61 %, no total das GOP, apresenta uma redução de 74,94% por via da redução nas transferências para os SMTCB das verbas referentes aos empréstimos de curto, médio e longo prazo, para financiamento da aquisição dos 60 autocarros, que no seu total eram de € 14.366.943, valor muito superior à redução apresentada.

Incluem-se neste objetivo a obra a realizar no âmbito do PAMUS, a Rotunda na Av. Fuzileiros Navais e EN 10-3, Rotunda Rua Miguel Bombarda e Av. do Bocage, o lançamento da empreitada de reformulação da circulação na Alto Seixalinho / Santinha, para além das intervenções ao nível das repavimentações e pintura e sinalização de vias.

f) Nos restantes objetivos, o 01 – Reforçar a participação, democracia e cidadania, apresenta um peso de 7,01% e uma diminuição de 8,02% face a 2019, enquanto os restantes, apresentam um peso residual no total das GOP.

Quadro n.º 3 - Evolução das grandes opções do plano

OBJECTIVOS		DOTAÇÃO		%	
		2020	2019	Δ s/ 2019	S/ Total
01	Reforçar Part., Democ. e Cidadania	2.086.160	2.268.115	-8,02%	7,01%
02	Contribuir Dinam. Emp. Desenv. Económico	107.500	331.705	-67,59%	0,36%
03	Promover Melhoria Ambiente Qualidade Vida	8.301.125	8.670.440	-4,26%	27,88%
04	Gestão Território Suporte Desenvolvimento Sustentável	2.109.800	1.759.130	19,93%	7,09%
05	Melhorar a Mobilidade e as Acessibilidades	4.050.650	16.164.338	-74,94%	13,61%
06	Dinamizar Acção Social e Intervenção Sócio - Cultural	5.378.385	4.931.565	9,06%	18,07%
07	A Segurança das Populações	355.880	374.280	-4,92%	1,20%
08	Gestão Econ - Financeira e Administrativa mais Eficaz	7.380.200	12.107.010	-39,04%	24,79%
TOTAL		29.769.700	46.606.583	-36,13%	100,00%

Gráfico n.º 12 – Estrutura das Grandes Opções do Plano

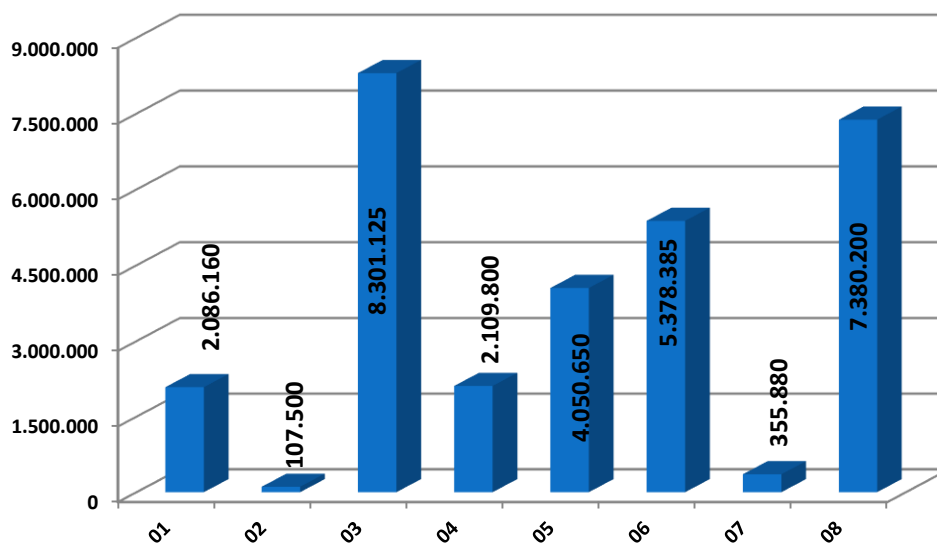
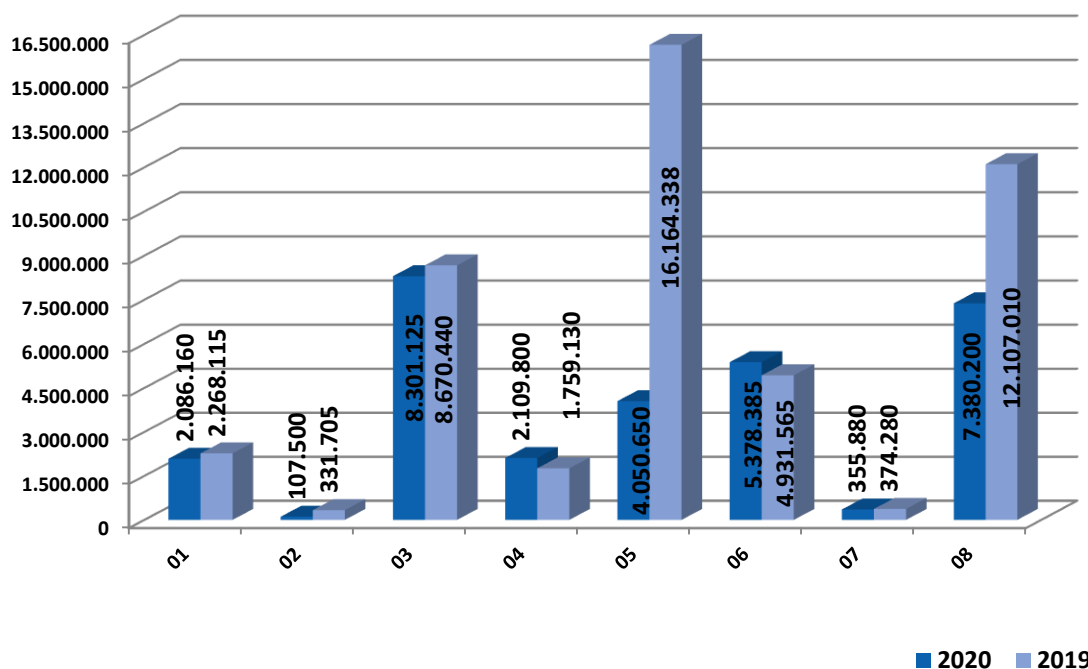


Gráfico n.º 13 – Comparação das Grandes Opções do Plano



Quadro n.º 4 - Composição das grandes opções do plano

(Em Euros)

OBJECTIVOS		GOP			%			
		PPI	AMR	Total	PPI		AMR	
					Total Obj.	Total Global	Total Obj.	Total Global
01	Reforçar Part., Democ. e Cidadania	589.115	1.497.045	2.086.160	28,24%	3,49%	71,76%	11,62%
02	Contribuir Dinam. Emp. Desenv. Económico	6.000	101.500	107.500	5,58%	0,04%	94,42%	0,79%
03	Promover Melhoria Ambiente Qualidade Vida	8.006.940	294.185	8.301.125	96,46%	47,42%	3,54%	2,28%
04	Gestão Território Suporte Desenvolvimento Sustentável	2.109.800		2.109.800	100,00%	12,50%	0,00%	0,00%
05	Melhorar a Mobilidade e as Acessibilidades	3.020.550	1.030.100	4.050.650	74,57%	17,89%	25,43%	7,99%
06	Dinamizar Acção Social e Intervenção Sócio - Cultural	1.624.595	3.753.790	5.378.385	30,21%	9,62%	69,79%	29,13%
07	A Segurança das Populações	20.000	335.880	355.880	5,62%	0,12%	94,38%	2,61%
08	Gestão Econ - Financeira e Administrativa mais Eficaz	1.507.525	5.872.675	7.380.200	20,43%	8,93%	79,57%	45,58%
TOTAL		16.884.525	12.885.175	29.769.700	56,72%	100,00%	43,28%	100,00%

Gráfico n.º 14 – Composição das Grandes Opções do Plano

